



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 1/2023

MANHÃ

MEDIADOR JUDICIAL

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da folha de textos definitivos;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**

Língua Portuguesa

1

Numa discussão política sobre a validade de um projeto, um dos interlocutores declara:

“Você não pode confiar nos projetos políticos desse senador, sabendo que ele traiu a mulher com a secretária”.

Nesse argumento, o problema está em

- (A) apelar para um argumento de caráter moral num espaço de atuação em que a moralidade não atua.
- (B) realizar um ataque de caráter pessoal, abandonando o tema contido na afirmação inicial.
- (C) fugir do assunto, sobre o qual não há argumentos convincentes, propondo a discussão de um novo tema.
- (D) solicitar ajuda da autoridade da mídia impressa, que havia publicado notícias injuriosas sobre o autor do projeto.
- (E) intimidar o interlocutor com a alusão implícita ao perigo de apoiar alguém imoral.

2

Assinale a frase abaixo que apresenta uma falácia argumentativa caracterizada adequadamente.

- (A) Pessoas ricas são espertas / afirmação que se prende a uma generalização excessiva.
- (B) Presidente X: Se eu disser a vocês quem são os meus conselheiros políticos, todos vocês irão conhecê-los / ausência de relação lógica entre as frases.
- (C) Bernardo Fialho, do Partido Comunista, é um racista, então você nunca deve votar num comunista / falsa analogia.
- (D) Se os jovens realmente amam seus estados de origem, eles não devem emigrar para outras partes dos Estados Unidos / apelo à emoção.
- (E) A Alemanha venceu a Primeira Guerra Mundial; certamente ela também vencerá a próxima / falsa relação de causa e consequência.

3

Nas frases abaixo há a presença de verbo + advérbio; se ocorrer a substituição desse conjunto por um só verbo de sentido equivalente, a forma **inadequada** é:

- (A) Acabar completamente com a tropa inimiga / arrasar a.
- (B) Purificar totalmente o estilo do documento / depurar.
- (C) Pagar integralmente uma dívida / quitar.
- (D) Mudar totalmente a aparência da sala / transformar.
- (E) Dedicar-se inteiramente a algo / dedicar-se.

4

Assinale a frase em que uma oração reduzida foi substituída por uma oração desenvolvida adequada.

- (A) É preciso rir antes de ser feliz, por medo de morrer sem ter sido / sem que tivesse sido.
- (B) O que falta a muita gente para ser feliz é ter sido infeliz / para que seja feliz.
- (C) Parte indispensável da felicidade é ficar sem algumas coisas que você quer / que se ficasse sem algumas coisas.
- (D) Seria preferível vender a alma a não saber alegrá-la / que se venda a alma.
- (E) Nessa guerra, bastou um minuto para fazer um herói / para que se faça um herói.

5

A antítese é uma figura de linguagem em que se opõem, numa mesma frase, palavras ou pensamentos de sentido contrário.

Segundo essa definição, há uma **antítese** na seguinte frase:

- (A) Quanto maior é o poder, tanto mais perigoso é o abuso.
- (B) Horas perdidas em greves acabam por transformar-se em anos de avanço econômico e social.
- (C) As promessas de ontem são os impostos de hoje.
- (D) O Brasil é uma nação de espertos que, reunidos, formam uma multidão de idiotas.
- (E) Não é a maioria que é silenciosa. O governo é que é surdo.

6

Assinale a frase que mostra um mau emprego do acento grave indicativo da crase.

- (A) Pensa de manhã. Age ao meio-dia. Come à tarde. Dorme à noite.
- (B) O futuro não pertence à ninguém. Não há precursores, apenas há atrasados.
- (C) A História parte da Verdade e ruma em direção à Mentira.
- (D) O tempo presente é semelhante à massa de argila; o tempo passado, ao pó; o tempo futuro, ao cântaro.
- (E) O passado e o futuro nada são se comparados à severidade de hoje.

7

Os adjetivos podem representar estados, qualidades, características e relações; assinale a frase que mostra um tipo de adjetivo **diferente** dos demais.

- (A) A melhor forma de emagrecer é ser mãe em tempo integral.
- (B) Aos olhos de um pai, o filho é sempre um filho, seja ou não virtuoso.
- (C) É na educação dos filhos que se revelam as virtudes paternas.
- (D) Os muito velhos são ainda capazes de mostrar derradeiras virtudes.
- (E) No coração materno cabe sempre mais um.

8

Assinale a frase em que há **erro** na concordância nominal.

- (A) Os vestidos rosa das modelos não casavam bem com o horário do evento, segundo os especialistas.
- (B) A capa dos livros da coleção, por ser vermelho-escura, atraía a atenção dos clientes da livraria.
- (C) Os sapatos marrons e as bolsas areias combinavam razoavelmente.
- (D) Os automóveis da companhia eram todos eles, por uma questão de uniformidade, azul-claros.
- (E) Sapatos amarelos com bolsas verde-grama não ficam de acordo, salvo em festas patrióticas.

9

Assinale a frase, baseada no romance Dom Casmurro, que apresenta **erro** de concordância da palavra “tal”.

- (A) Agora é que o lance é o mesmo; mas se conto aqui, tais quais, os dois lances de há quarenta anos, é para mostrar que Capitu não se dominava só em presença da mãe; o pai não lhe meteu mais medo.
- (B) São bondades, retorquiu lisonjeado. São favores de pessoas dignas, que merecem tudo... Aí está! Nunca ninguém me há de ouvir dizer nada de pessoas tais; por quê? Porque são ilustres e virtuosas.
- (C) Elas me trouxeram também sensações passadas, tal e tantas que eu não poderia dizê-las todas, sem tirar espaço ao resto.
- (D) Tenho ali na parede o retrato dela, ao lado do marido, tais quais na outra casa.
- (E) Tal é a ideia banal e nova que eu não quisera pôr aqui, e só provisoriamente a escrevo.

10

Assinale a frase em que o termo sublinhado indica simultaneidade temporal.

- (A) Enquanto houver vida, há esperança.
- (B) Assim que chegou a banda, a música começou.
- (C) Após a pandemia, alguns hábitos de higiene mudaram.
- (D) As encomendas para a festa chegaram em seguida.
- (E) Iniciada a confusão, a polícia chegou de imediato.

11

Assinale a frase em que o emprego das aspas mostra uma função **diferente** das demais.

- (A) “Meu país, com razão ou não” é uma coisa que nenhum patriota poderia sequer pensar em dizer, exceto num caso de desespero. É como dizer “Minha mãe, bêbada ou sóbria”.
- (B) Como comportar-se com os amigos? “Como gostaríamos que se comportassem conosco”.
- (C) Interrogado sobre o que seria um amigo, disse: “Uma alma solitária que vive em dois corpos”.
- (D) Qual é o melhor momento para o jantar? “Se alguém é rico, quando quiser, se é pobre, quando puder”.
- (E) Um porco disse ao Carvalho: “Você é grande, forte e potente! Admiro-o muito!” “Eu sei”, respondeu o Carvalho com um suspiro, “faz um bom tempo que você engorda com meus frutos!”

12

“Aquecimento global: Causa natural ou fenômeno provocado?”

Por que a Terra esquenta? O bióxido de carbono e outros contaminantes do ar se acumulam na atmosfera formando uma capa cada vez mais grossa, prendendo o calor do sol e causando o aquecimento do planeta. A principal fonte de contaminação pela emissão de dióxido de carbono são as fontes de geração de energia à base de carvão, pois emitem 2500 de toneladas por ano. No ano de 2003, ondas de calor extremo causaram mais de 20.000 mortes na Europa e mais de 1500 mortes na Índia. O aquecimento global não está ocorrendo por causas naturais, mas sim pela ação humana. Em suma, somos nós que devemos trabalhar para a redução da temperatura de nosso planeta.”

Sobre esse fragmento textual argumentativo, a tese defendida é a de que

- (A) as fontes de geração de energia à base de carvão são as principais fontes causadoras do aquecimento global.
- (B) o aquecimento global deve ser combatido urgentemente, antes que cause mais mortes na Terra.
- (C) as mortes da Europa e na Índia, em 2003, demonstram que o aquecimento global já atingiu estágio perigoso.
- (D) os homens devem trabalhar pela redução da temperatura em nosso planeta.
- (E) as causas naturais só são parcialmente responsáveis pelo aquecimento global.

13

Um texto argumentativo mostra um pensamento organizado, já que recorre a isso para justificar ideias e opiniões, persuadir nossos interlocutores de nosso ponto de vista e influir sobre seu comportamento na tomada de decisões.

Assim sendo, a marca abaixo que está ausente desse modo de organização discursiva, é:

- (A) O destaque de um tema polêmico ou discutível.
- (B) Caráter dialógico de confrontação entre proponente e oponente.
- (C) Apresentação de um elemento básico de convencimento.
- (D) Apelo a uma série de distintos elementos que apoiam o tema básico do texto.
- (E) O apelo obrigatório ao raciocínio lógico e ao bom-senso.

14

Assinale a opção que exemplifica uma tese e não um argumento.

- (A) 80% dos alunos brasileiros mostram conhecimento deficiente de Matemática.
- (B) O transporte público é o principal agente causador da poluição ambiental em São Paulo.
- (C) Os foguetes estourados nos estádios de futebol são um signo de violência.
- (D) A poluição ambiental é tão grave quanto a pobreza, como já disse o prefeito da cidade.
- (E) Os que ajudarem a combater o desemprego terão redução de impostos.

15

Observe o seguinte fragmento argumentativo:

“A tristeza patológica, o desânimo, a irritabilidade ou a limitação de atividade vital e cognitiva são sintomas inequívocos de uma depressão.”

O tipo de argumento lógico racional que se aplica neste caso, é:

- (A) raciocínio por analogia.
- (B) emprego de generalização.
- (C) apelo a citações.
- (D) citação de exemplos.
- (E) relação causa / consequência.

16

Observe o seguinte trecho:

“O regulamento do Campeonato Brasileiro de Futebol deve ser alterado: foi penoso observar a torcida do Santos, aos prantos, em função de o time ter sido rebaixado pela primeira vez em sua história.”

Sobre a estruturação argumentativa desse fragmento, assinale a afirmação correta.

- (A) Os argumentos utilizados para a defesa da tese são do tipo afetivo.
- (B) O argumentador pretende convencer o leitor por meio da intimidação.
- (C) O texto tem por objetivo o convencimento do leitor por meio de método dedutivo de raciocínio lógico.
- (D) A tese defendida no texto é fruto da experiência futebolística do argumentador.
- (E) A tese defendida no texto é acompanhada de medidas práticas para a sua efetivação.

17

Observe o seguinte texto abaixo:

“Na Roma antiga dava-se grande importância à argumentação, ensinavam-se técnicas de convencimento do auditório e as pessoas capazes de bem utilizar a linguagem para esse fim eram muito respeitadas. Essa forma oral de dirigir-se a um público para convencê-lo se chama oratória e, na democracia romana, qualquer cidadão tinha o direito de discursar em praça pública.”

Segundo a estrutura desse pequeno texto, podemos classificá-lo como

- (A) argumentativo.
- (B) descritivo.
- (C) didático.
- (D) narrativo.
- (E) Informativo.

18

Um estudante de Farmácia termina uma exposição oral em sala de aula com a seguinte declaração:

“Finalmente, devo dizer que de todos os analgésicos existentes no mercado, o melhor é o DOLOL, pois foi o único que acabou com a minha dor.”

Assinale a afirmação correta sobre os argumentos utilizados nesse segmento.

- (A) Os argumentos são bastante válidos, já que se fundamentam em experiências pessoais.
- (B) Os argumentos empregados no texto possuem base científica, já que se ligam a estudos de Farmácia.
- (C) Os argumentos possuem base estatística, pois são frutos de comparação entre vários medicamentos.
- (D) Os argumentos procuram universalizar uma experiência individual.
- (E) Os argumentos, por serem de base individual, mostram desprezo pela ética profissional.

19

Observe o texto abaixo, dividido em dois segmentos:

1. Um dos problemas que apresenta o ensino superior na Guatemala é a reduzida formação de pessoal científico e tecnológico no nível de doutorado.
2. A Guatemala só forma quatro doutores por cada um milhão de habitantes, enquanto México forma oito, a Argentina forma onze e o Brasil, dezoito.

Sobre o segmento 2, pode-se afirmar corretamente que

- (A) expressa a tese defendida pelo enunciador.
- (B) mostra uma conclusão sobre o que dito anteriormente.
- (C) utiliza a narração como estratégia expositiva.
- (D) mostra fatos que respaldam a tese.
- (E) indica uma consequência da causa citada em 1.

20

Observe o seguinte texto expositivo:

“Toda língua transmite a forma de conceber a realidade da comunidade que a possui e reflete seus hábitos, seus costumes e suas crenças; por isso, são imprescindíveis o respeito mútuo e o reconhecimento da riqueza cultural que implica o plurilinguismo.”

Esse texto apresenta a seguinte estrutura:

- (A) afirmação e justificativa.
- (B) causa e consequência.
- (C) informação e acréscimos.
- (D) definição e explicação.
- (E) fato e analogia.

Conhecimentos Específicos

21

Uma das diretrizes do Poder Judiciário é conferir tratamento adequado aos conflitos de interesse. Como marco referencial de tal política pública, tem-se, em âmbito nacional, a Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, a Lei nº 13.140/2015 e o Código de Processo Civil.

Em âmbito estadual, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro editou a Resolução nº 12/2022, destinada a estabelecer medidas necessárias ao cumprimento da política pública de tratamento adequado aos problemas jurídicos e conflitos de interesse.

Sobre a Resolução nº 12/2022, é correto afirmar que

- (A) O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC é a unidade do Poder Judiciário preferencialmente responsável pela realização e gestão das sessões de conciliação e mediação pré-processuais e judiciais.
- (B) O NUPEMEC procederá à seleção dos Magistrados Coordenadores dos CEJUSCs dentre os inscritos, observando-se, nesse processo, objetivamente, o critério de antiguidade na carreira e o requisito de capacitação.
- (C) O Juiz Coordenador do CEJUSC será indicado pelo Corregedor-Geral de Justiça.
- (D) A indicação de Magistrado Coordenador para os novos CEJUSCs será empreendida quando da chegada de dez casos para mediação.
- (E) O magistrado poderá se candidatar ao exercício da coordenação dos CEJUSCs independente de realização de capacitação/treinamento.

22

A competência é rotineiramente definida como a medida da jurisdição. No âmbito dos Juizados Especiais, as regras de definição de competência assumem relevo, ante sua especialidade procedimental.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível a execução de seus julgados.
- (B) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo são de competência do Juizado Especial Cível.
- (C) As causas que versem sobre bens imóveis dos Estados são de competência do Juizado Especial Cível.
- (D) Compete ao Juizado Especial Federal Cível julgar as ações de mandado de segurança e de desapropriação.
- (E) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.

23

Tito e Mariana propuseram ação sob o procedimento do Juizado Especial Cível, na qual pleitearam a condenação da loja Sofá Legal a lhes entregar um conjunto de sofás, bem como indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000 (trinta mil reais) para cada um dos autores, equivalentes a 30 (trinta) salários-mínimos na data da propositura da demanda.

O pedido foi julgado procedente.

Em sede de execução da sentença, somados juros, correção monetária e multa por descumprimento das obrigações de fazer e de entrega de coisa, os valores exequendos chegaram ao valor equivalente a 60 (sessenta) salários-mínimos.

Os autores requereram a penhora em contas bancárias do executado, a qual foi parcialmente frutífera. Ato contínuo, foi designada audiência de conciliação.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) em razão do litisconsórcio ativo, o Juizado Especial Cível é incompetente para o processo e julgamento da causa, ante a existência de vedação legal expressa na Lei nº 9.099/1995.
- (B) uma vez que, com os acréscimos moratórios, o valor exequendo superou 40 (quarenta) salários-mínimos, o processo deverá ser extinto, com propositura de execução perante o Juízo comum.
- (C) diante do descumprimento da obrigação de fazer, pode o juiz cominar multa diária, a qual poderá ser elevada ou transformada em perdas e danos, que o juiz de imediato arbitrar.
- (D) para fixação da competência dos Juizados Especial, deve ser considerado o valor global da causa, razão pela qual a causa tramitou em juízo absolutamente incompetente na fase de conhecimento.
- (E) na audiência de conciliação, é vedado ao conciliador propor o pagamento a prazo ou a prestação.

24

Entre os princípios abaixo, assinale o que **não** está expressamente elencado na Lei nº 9.099/1995 no rol dos princípios informativos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

- (A) Oralidade.
- (B) Economia processual.
- (C) Celeridade.
- (D) Impulso Oficial.
- (E) Simplicidade.

25

Os recursos possuem princípios informativos e efeitos, alguns consagrados em doutrina, outros previstos expressamente em lei. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O efeito obstativo é o efeito de transferir ao órgão julgador do recurso o conhecimento da matéria impugnada no recurso.
- (B) Quanto ao efeito suspensivo, salvo disposição legal ou decisão judicial em contrário, a interposição de recurso não impede a eficácia da decisão.
- (C) O princípio da taxatividade não impede a criação de recursos não previstos em lei por vontade das partes.
- (D) O efeito translativo impede o conhecimento de matérias de ordem pública no julgamento do recurso.
- (E) O princípio da voluntariedade impede a interposição de recursos pelo Ministério Público, ainda que atuando enquanto fiscal do ordenamento jurídico.

26

O Código de Processo Civil inovou ao disciplinar as figuras do conciliador e mediador. Tal providência se mostrou necessária a partir do momento em que há incentivo estatal ao uso de meios consensuais de solução de controvérsias, com vistas a conferir maior segurança jurídica à atuação de tais agentes.

Sobre o conciliador e o mediador, é correto afirmar que

- (A) as partes poderão escolher de comum acordo o conciliador ou o mediador, desde que um ou outro estejam cadastrados no tribunal.
- (B) o dever de sigilo não se aplica ao conciliador e ao mediador, que poderão divulgar ou depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação ou da mediação.
- (C) o mediador não deve auxiliar os interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, podendo apenas sugerir soluções para o litígio.
- (D) não é admitida a aplicação de técnicas negociais com o objetivo de proporcionar ambiente favorável à autocomposição.
- (E) o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, ao passo que o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes.

27

João teve seu veículo atingido por uma viatura da Polícia Militar do Estado X. Buscando obter a reparação dos danos sofridos, comprovadamente no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ajuizou ação perante o Juizado Especial de Fazenda Pública em face do Estado X.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado X terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (B) Eventual sentença desfavorável à Fazenda Pública estará sujeita à remessa necessária.
- (C) Poderá o conciliador, para fins de encaminhamento da composição amigável, ouvir as partes e testemunhas sobre os contornos fáticos da controvérsia.
- (D) João poderia ter proposto a demanda perante a Vara de Fazenda Pública da mesma comarca, eis que a competência dos Juizados Especiais de Fazenda Pública é relativa.
- (E) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetivada com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

28

João e Roberto debatiam acerca dos títulos executivos. Em dado momento, João pediu que Roberto listasse, em ordem, dois títulos executivos extrajudiciais e um título executivo judicial. Roberto acertadamente na ordem pedida, indicou os seguintes três títulos executivos:

- (A) Decisão homologatória de autocomposição judicial, cheque e nota promissória, respectivamente.
- (B) Sentença arbitral, contrato de seguro de vida em caso de morte e crédito decorrente de foro e laudêmio, respectivamente.
- (C) Certidão de dívida ativa, sentença penal condenatória transitada em julgado e letra de câmbio, respectivamente.
- (D) Contrato garantido por hipoteca, certidão de dívida ativa e sentença arbitral, respectivamente.
- (E) Contrato de seguro de vida, decisão homologatória de autocomposição judicial e formal de partilha, respectivamente.

29

Paulo e Ricardo, capazes, são partes em processo judicial que versa sobre erro médico. Diante da especificidade da matéria e da imprescindibilidade da prova pericial para deslinde da causa, ambos entendem que o profissional médico mais apto a ser o perito da causa é o Dr. Gabriel Barbosa, único especialista no assunto que reside naquela comarca. Assim, Paulo e Ricardo requerem ao juízo, conjuntamente, a nomeação do Dr. Gabriel Barbosa como perito.

Considerando que a causa pode ser resolvida por autocomposição e que as partes são capazes, tal requerimento deve ser

- (A) deferido, eis que a escolha consensual de perito é negócio processual típico.
- (B) indeferido, pois a escolha de perito é atribuição privativa do magistrado.
- (C) deferido, eis que a escolha consensual de perito é negócio processual atípico.
- (D) indeferido, pois a existência de um único perito na Comarca dispensa a produção de prova pericial, em razão da economia processual.
- (E) deferido, desde que haja a prévia designação de audiência para saneamento conjunto.

30

Carine ajuizou ação de divórcio em face de Rafael, cumulada com fixação de guarda e alimentos em favor de seus filhos menores, valendo-se do procedimento especial previsto no Código de Processo Civil. Carine manifestou desinteresse expresso na realização de audiência de mediação.

Conforme as disposições do Código de Processo Civil, ao receber a petição inicial, o juiz ordenará a citação de Rafael para

- (A) comparecer à audiência de conciliação e mediação, cuja realização é obrigatória.
- (B) ofertar contestação no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de revelia.
- (C) indicar, no prazo de 5 (cinco) dias, seu interesse na mediação, para eventual designação de audiência.
- (D) comparecer à audiência de mediação, salvo se manifestar seu desinteresse no prazo de 10 (dez) dias antes da data designada.
- (E) ofertar proposta de acordo, sob pena de julgamento antecipado do mérito.

31

Sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar que

- (A) pode ser celebrado mesmo sendo caso de arquivamento do inquérito policial.
- (B) pode ser proposto pelo juiz.
- (C) exige a confissão do investigado.
- (D) independe do cumprimento de condições.
- (E) é cabível nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica.

32

Cecilia e Raquel debatiam acerca dos efeitos dos recursos no processo civil. Cecilia afirmou que o efeito devolutivo é aquele que faz com que a matéria impugnada no recurso seja devolvida ao órgão julgador do recurso, delimitando a sua extensão e a profundidade.

Raquel, por sua vez, asseverou que o efeito regressivo é o efeito recursal que permite o exercício do direito de retratação pelo órgão prolator da decisão recorrida.

Em tal cenário, é correto afirmar que

- (A) Cecilia e Raquel estão corretas em suas afirmações.
- (B) Cecilia está correta em sua afirmação, ao passo que Raquel está incorreta em sua colocação.
- (C) Cecilia e Raquel estão incorretas em suas afirmações.
- (D) Cecilia está incorreta em sua afirmação, enquanto Raquel está correta em sua colocação.
- (E) Cecilia e Raquel estão parcialmente corretas em suas afirmações.

33

Os Juizados Especiais Criminais são importantes instrumentos para a administração da justiça, prestigiando a duração razoável do processo e a adoção de medidas, sempre que possível, para reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

A respeito do tema, é correto afirmar que

- (A) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- (B) os atos processuais serão públicos e praticados nos dias úteis, entre 6h (seis horas) e 23h (vinte e três horas).
- (C) a composição dos danos civis impedirá a propositura da ação penal pelo Ministério Público, ainda que se trate de crime de ação pública incondicionada.
- (D) da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, processado na forma do Código de Processo Penal.
- (E) o acordo de transação penal poderá ser celebrado ainda que o autor da infração tenha sido condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

34

Thiago agrediu verbal e fisicamente sua esposa Nicole, após crise de ciúmes. Ato contínuo, Nicole comunicou o fato à autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

Finda a investigação, entendendo presentes a autoria e materialidade do fato típico, o delegado de polícia indiciou Thiago pelo crime de lesão corporal decorrente da condição do sexo feminino, o qual, segundo o art. 129, § 13, do Código Penal, é punido com pena de reclusão, de um ano a quatro anos.

Recebidos os autos no Ministério Público, tanto Thiago quanto Nicole informaram ao promotor de justiça com atribuição para o caso que o ocorrido havia sido uma situação pontual. Outrossim, Nicole disse que não desejava ver Thiago sendo processado criminalmente.

Em tal contexto, caberá ao promotor de justiça propor

- (A) acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime, cumpridas as condições estabelecidas no acordo.
- (B) transação penal, nos termos da Lei nº 9.099/1995, uma vez que a infração penal praticada por Thiago é de menor potencial ofensivo, não cabendo a celebração de acordo de não persecução penal na hipótese.
- (C) ação penal, pois incabível a celebração de acordo de não persecução penal, exclusivamente em razão da pena aplicável em abstrato à infração penal.
- (D) a ação penal, pois incabível a celebração de transação penal, bem como de acordo de não persecução penal na situação narrada, diante da natureza da infração penal
- (E) acordo de não persecução penal, independentemente das condições que vierem a ser estabelecidas no acordo, bem como de sua efetividade para a reprovação da infração penal.

35

A Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

Outrossim, tal Resolução veicula o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. Entre os princípios que regem a atuação de tais procedimentos, elencados no referido Código, incluem-se:

- (A) confidencialidade, dependência e autonomia, empoderamento, parcialidade e decisão informada.
- (B) competência, empoderamento, decisão informada, parcialidade, decisão informada e validação.
- (C) confidencialidade, competência, empoderamento, respeito à ordem pública e decisão informada.
- (D) decisão informada, parcialidade, empoderamento, competência e respeito à ordem pública.
- (E) decisão formada, publicidade, eficiência, validação, empoderamento, competência e parcialidade.

36

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais constituem importante mecanismo para a celeridade e a duração razoável do processo. Especificamente para causas de menor complexidade, sua competência é relevante para reduzir o estoque de litigiosidade da justiça.

Sobre a competência dos Juizados Especiais, é correto afirmar que

- (A) entre as causas de menor complexidade, para fins de fixação de competência dos Juizados Especiais Cíveis, incluem-se as causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo.
- (B) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para fixação de competência do Juizado Especial Criminal, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 3 (três) anos.
- (C) as ações de despejo para uso próprio excluem-se da competência do Juizado Especial Cível, independentemente do valor da causa.
- (D) os títulos executivos judiciais, ainda que de valor de até quarenta vezes o salário-mínimo, não se incluem na competência dos Juizados Especiais Cíveis.
- (E) ficam excluídas da competência do Juizado Especial Cível as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública.

37

O Município X figura como réu em mais de 2 (dois) mil processos judiciais referentes a falhas na prestação de serviço de esgotamento sanitário, propostas individualmente por munícipes.

Visando a reduzir tal estoque de litigiosidade, bem como ter maior previsibilidade financeira quanto a eventuais perdas, a Procuradoria Municipal pretende instaurar mediação coletiva, de modo a encerrar consensualmente tais processos.

À luz da Lei nº 13.140/2015, é correto afirmar que

- (A) a proposta da Procuradoria Municipal não tem amparo legal, pois a Lei nº 13.140/2015 somente permite mediações individuais, vedando a mediação coletiva.
- (B) a instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição.
- (C) a submissão do conflito à mediação coletiva será obrigatória para todos os autores das demandas individuais, que terão que participar dela.
- (D) considerar-se-á instaurado o procedimento de mediação na data da formalização do pedido de resolução consensual do conflito, independentemente de juízo de admissibilidade da Administração Pública.
- (E) por se tratar de mediação envolvendo a Administração Pública, não se aplica o princípio da imparcialidade, devendo o mediador adotar a melhor solução para o interesse público.

38

João e Maria são vizinhos e vêm enfrentando problemas quanto ao comportamento dos cães de propriedade de Maria, os quais já danificaram parte do imóvel de João. Assim, João e Maria pretendem submeter o conflito à mediação, de forma a buscar solução consensual, sem a propositura de ação judicial.

Para tanto, diante da comum hipossuficiência de recursos das partes para custeio de mediação privada, João e Maria procuraram o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foi pedida e concedida gratuidade de justiça em favor de ambas as partes.

Após duas sessões de mediação, estando ambos assistidos por advogados, João e Maria chegaram a acordo sobre os cuidados a serem adotados por Maria em relação aos cães, bem como sobre a reparação dos danos sofridos por João.

O instrumento de mediação foi subscrito por João, Maria, seus advogados e o mediador designado pelo Tribunal de Justiça. Não houve pedido de homologação judicial do termo firmado.

Diante de tal cenário, é certo dizer que

- (A) o mediador poderá funcionar como testemunha em eventual processo judicial pertinente ao conflito mediado, de modo a melhor subsidiar a decisão do juízo.
- (B) o mediador está impedido, pelo prazo de dois anos, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- (C) não se aplicam ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.
- (D) o instrumento de transação, na hipótese, tem eficácia de título executivo extrajudicial.
- (E) ainda que beneficiários da gratuidade de justiça, João e Maria deverão pagar a remuneração do mediador.

39

Marcos e Paulo são réus em ação movida por Pedro, a qual tramita na Vara Cível da Comarca Y. Os autos são eletrônicos, assim como Marcos e Paulo são representados por advogados distintos, de escritórios de advocacia diversos.

No referido processo, em fase de cumprimento de sentença, foi deferida a penhora portas adentro na casa de Marcos, a qual teve início às 19h de um domingo de Páscoa, terminando às 20h30 do mesmo dia.

Inconformado, Marcos interpôs agravo de instrumento por meio eletrônico, no décimo oitavo dia útil do prazo, às 22h59 do dia de interposição, requerendo a nulidade da penhora, sob o fundamento de que o ato não poderia ter sido concluído após as 20h, tampouco, em um feriado.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por serem litisconsortes com patronos distintos, Marcos e Paulo terão prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (B) Assiste razão a Marcos, pois a penhora não pode ser realizada em dia não útil, tampouco concluída após as 20h, independente de urgência em sua conclusão.
- (C) O recurso de Marcos não deve ser conhecido, pois a interposição de recurso somente pode ocorrer até as 20h do dia, independentemente de serem os autos judiciais eletrônicos ou não.
- (D) O recurso de Marcos não deve ser conhecido, pois o agravo de instrumento somente é cabível nas hipóteses listadas taxativamente no CPC, ainda que em fase de cumprimento de sentença.
- (E) O recurso de Marcos é intempestivo, eis que interposto fora do prazo legal, que, no caso, é de 15 (quinze) dias úteis.

40

Fabiano ingressou com ação de cobrança em face de Thiago, perante o Juizado Especial Cível e sem assistência por advogado, requerendo a condenação do réu ao pagamento de R\$ 3.000,00 (três mil reais), referentes a prestação de serviços de jardinagem. Na audiência de conciliação, instrução e julgamento, Thiago compareceu sem advogado. Após infrutífera a tentativa de conciliação e finda a fase instrutória, o juízo proferiu sentença condenando Thiago ao pagamento da quantia pleiteada por Fabiano.

Inconformado, Thiago, sete dias úteis após a intimação da sentença, protocolou recurso, sem assistência por advogado e tampouco comprovando o preparo. Passados dez dias, os autos foram conclusos ao juiz.

Tomado o caso acima como premissa, é correto afirmar que

- (A) o magistrado deverá não conhecer o recurso, ante a falta de assistência por advogado para fins de interposição da peça, bem como a ausência de comprovação do preparo recursal no prazo legal.
- (B) cabe ao magistrado decretar a nulidade do processo desde o início, eis que a assistência por advogado é obrigatória em sede de Juizado Especial Cível, independentemente do valor da causa.
- (C) a sentença condenatória foi necessariamente composta por relatório, fundamentação e dispositivo.
- (D) o recurso deve ser conhecido e julgado por uma turma composta por quatro Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- (E) o recurso é intempestivo, eis que interposto fora do prazo legal de cinco dias, contados da ciência da sentença.

41

Hermenegildo, Semprônio e Pedro ajuizaram ações individuais em face do Estado Alfa, cada um, referentes a danos causados em razão de acidente de trem. Além dos três autores, mais vinte pessoas ficaram feridas e quatro faleceram no acidente.

Pouco tempo depois do ajuizamento de cada uma das ações, mais seis vítimas ajuizaram processos individuais, bem como herdeiros de dois dos falecidos, totalizando 11 (onze) ações concernentes ao mesmo evento danoso, espalhadas por quatro Varas de Fazenda Pública diversas.

Em diálogo, os quatro juízes titulares de cada uma das Varas debateram sobre meios de tornar mais célere a instrução processual, concentrando a produção de provas no juízo prevento, notadamente perícias médicas e no trem acidentado.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) caberá às três varas expedirem cartas de ordem ao juízo prevento, solicitando a produção das provas deferidas nos respectivos processos.
- (B) é possível a realização de ato concertado entre os juízes cooperantes, estabelecendo o procedimento para a obtenção e apresentação das provas indicadas.
- (C) é possível a realização de ato concertado entre os juízes, dispensando-se a descrição precisa do ato a ser praticado, bem como seus objetivos.
- (D) é prescindível a indicação da vigência do ato concertado para fins de cooperação judiciária nacional.
- (E) não é necessário especificar as determinações e atos a serem praticados em cooperação, cabendo ao juiz responsável decidir sobre as medidas a serem adotadas.

42

O seguinte recurso é cabível em face de decisão interlocutória que verse sobre mérito do processo:

- (A) apelação.
- (B) agravo de instrumento.
- (C) recurso especial.
- (D) recurso extraordinário.
- (E) embargos de divergência.

43

Joana ajuizou ação condenatória em face de Pedro e Dionísio, requerendo a condenação de ambos ao pagamento de indenização a título de danos materiais, fruto de acidente de trânsito.

Pedro, regularmente citado, não ofertou contestação, nem constituiu advogado. Dionísio apresentou contestação cumulada com reconvenção, em litisconsórcio com João, requerendo a condenação de Joana ao pagamento de indenização a título de danos morais.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) ainda que Dionísio tenha ofertado contestação, haverá produção de efeito material da revelia, diante da ausência de contestação de Pedro.
- (B) a reconvenção deverá ser liminarmente indeferida, pois somente pode ser proposta pelo réu, vedado o ajuizamento em litisconsórcio com terceiro.
- (C) Pedro não poderá intervir no processo, diante de sua revelia.
- (D) eventual desistência do processo por parte de Joana não impedirá o prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- (E) após a propositura da reconvenção, Pedro e Dionísio serão intimados para apresentar resposta no prazo de 10 (dez) dias.

44

A petição inicial é o veículo da demanda. Outrossim, por se tratar de ato solene, a petição inicial exige o preenchimento de requisitos, dentre os quais podemos indicar a causa de pedir, o pedido e o valor da causa.

Eventual desatendimento em relação a quaisquer dos requisitos da petição inicial poderá ensejar o seu indeferimento, após ser oportunizada a emenda.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos, o juiz determinará que o autor a emende ou complete, no prazo de 10 (dez) dias, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- (B) A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações para qualificação do réu, for possível realizar sua citação.
- (C) O autor deve indicar os fatos, sem necessidade de indicar os fundamentos jurídicos do pedido, diante do princípio do *iura novit curia*.
- (D) A petição inicial será indeferida quando a parte for manifestamente legítima.
- (E) A petição inicial não será inepta se contiver pedidos incompatíveis entre si.

45

Tomando em consideração as disposições da Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, **não** é considerado princípio que orienta a Justiça Restaurativa:

- (A) a corresponsabilidade.
- (B) a reparação dos danos.
- (C) o atendimento às necessidades de todos os envolvidos.
- (D) o formalismo.
- (E) a urbanidade.

46

Carlos e Augusto estão em negociações para alienação de estabelecimento empresarial de propriedade do primeiro.

De um lado, Carlos deseja obter o maior valor possível de venda. De outro, Augusto busca pagar preço abaixo do mercado. Tal situação vem criando entraves à negociação, pois nenhuma das partes deseja ceder.

Em tal hipótese, tem-se o tipo de negociação denominado

- (A) negociação integrativa.
- (B) negociação distributiva.
- (C) negociação positiva.
- (D) negociação negativa.
- (E) negociação por escala.

47

José ajuizou ação de procedimento comum em face de João, manifestando interesse na autocomposição. Após verificar que a petição inicial preenche todos os requisitos essenciais e não sendo caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designou audiência de conciliação.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) a audiência de conciliação somente pode ser realizada por meio presencial, vedada sua realização por meio eletrônico, em nome do princípio da identidade física do juiz.
- (B) o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até cinco por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte adversa.
- (C) João poderá manifestar seu desinteresse na audiência de conciliação por meio de petição, apresentada com 15 (quinze) dias de antecedência, contados da data da audiência.
- (D) a pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre o início de uma e o início da seguinte.
- (E) a audiência de conciliação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado João com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

48

O Código de Processo Civil traz disposições relevantes acerca da conciliação, da mediação e dos centros judiciários de solução consensual de conflitos.

Tomando tais disposições em conta, assinale a afirmativa correta.

- (A) O conciliador ou mediador escolhido pelas partes deve estar cadastrado no tribunal.
- (B) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação.
- (C) Dada a relevância da atividade, a mediação e a conciliação não podem ser realizadas como trabalho voluntário.
- (D) O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de seis meses, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.
- (E) A composição e a organização dos centros judiciários de solução consensual de conflitos serão definidas pelo Conselho Nacional de Justiça, exclusivamente.

49

Ursolino, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, solicitou a designação de conciliador para atuar no juízo o qual é titular, a saber, a X Vara Cível da Comarca Y.

Ato contínuo, o DEDEP designou João, conciliador já atuante na XI Vara Cível da mesma Comarca, para atuar junto à X Vara Cível, pelo período de dois anos.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) João poderá atuar em mais um juízo além dos dois que já atua, desde que haja designação, concordância dos juízes titulares das respectivas varas e compatibilidade de horários.
- (B) a solicitação de prorrogação de designação de João é necessária, devendo ser formulada em até 60 (sessenta) dias antes do período de designação, sob pena de dispensa automática da função de conciliador.
- (C) enquanto conciliador, caberá a João atuar preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliando aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito.
- (D) por ser conciliador, não exercendo típica atividade jurisdicional, João não será considerado auxiliar da justiça, por expressa disposição do Código de Processo Civil.
- (E) a atuação de João será informada, dentre outros, pelos princípios da parcialidade, da informalidade, da autonomia da vontade, da oralidade e da dependência.

50

João recebeu mandado de citação referente a ação proposta por Virgínia, sua ex-companheira. Nele, consta a indicação de que a audiência de mediação ocorrerá dali a 25 (vinte) e cinco dias, sem que tenha sido encaminhada cópia da petição inicial junto a contrafé do mandado de citação.

No dia indicado, João compareceu à audiência, acompanhado de seu advogado. Virgínia, por sua vez, foi acompanhada de defensor público.

As partes, na audiência, iniciaram tratativas para buscar pôr fim consensual à demanda, a qual versa sobre divórcio e partilha de bens. Após algumas conversas, designou-se mais uma sessão de mediação, a ocorrer dali a 10 (dez) dias.

O casal não teve filhos e ambos são partes capazes.

Sobre o caso acima, é certo afirmar que

- (A) o Ministério Público intervirá obrigatoriamente, por se tratar de demanda envolvendo Direito de Família, sob pena de nulidade dos atos processuais.
- (B) a citação não respeitou a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data designada para a audiência, exigida pelo Código de Processo Civil, pelo que há nulidade insanável.
- (C) não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum.
- (D) o mandado de citação deveria ter sido acompanhado de cópia da petição inicial, pelo que há nulidade insanável na hipótese.
- (E) é desnecessária a assistência por advogado ou defensor público na audiência de mediação em sede de ações de família, em nome do princípio da celeridade.

51

Landelina e Ursulino, respectivamente, conciliador e mediador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, debatiam sobre as funções exercidas no estímulo à solução consensual de conflitos.

Landelina afirmou que, enquanto conciliadora, sua atuação é preferencial para os casos em que não houver vínculo anterior entre as partes. Ursulino, por sua vez, indicou que conciliadores e mediadores devem observar o dever de sigilo, inerente às suas funções.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Landelina e Ursulino estão corretos em suas colocações.
- (B) Landelina está correta, enquanto Ursulino está incorreto em sua colocação.
- (C) Landelina e Ursulino estão incorretos em suas colocações.
- (D) Landelina está incorreta, enquanto Ursulino está correto em suas colocações.
- (E) Landelina está correta e Ursulino está parcialmente correto em sua colocação.

52

O saneamento e a organização do processo é a etapa em que o juízo prepara o processo para receber decisão de mérito. É aqui que tem encerramento a fase postulatória e se inicia a fase instrutória.

Sobre o saneamento e organização do processo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 10 (dez) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- (B) Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- (C) A delimitação consensual das questões de fato e de direito, prevista no Código de Processo Civil para fins de saneamento, não vincula o juiz, vinculando apenas as partes.
- (D) Determinada a produção de prova testemunhal, o número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 5 (cinco), sendo 2 (dois), individualmente, no máximo, para a prova de cada fato.
- (E) Caberá ao juiz sempre designar audiência de instrução e julgamento, ainda que não determinada a produção de prova oral ou prova pericial.

53

Pedro ajuizou ação monitória em face de Péricles, amparada em contrato de prestação de serviços pactuado entre as partes e alegadamente descumprido por Péricles no que se refere à sua obrigação de pagar quantia.

Regularmente citado, Péricles apresentou embargos monitórios, sustentando que houve pagamento parcial.

Em tal caso, é correto afirmar que

- (A) Pedro será intimado para responder aos embargos no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) a oposição dos embargos suspenderá a eficácia da decisão que deferiu a expedição do mandado de pagamento até o julgamento em primeiro grau.
- (C) rejeitados os embargos, será constituído de pleno direito título executivo extrajudicial, com a intimação de Péricles para pagamento em 3 (três) dias.
- (D) os embargos somente serão admitidos se Péricles comprovar a prévia segurança do juízo.
- (E) a decisão que acolhe ou rejeita os embargos é impugnável por meio de agravo de instrumento.

54

João e Rodrigo debatiam acerca das características da conciliação, mediação e da arbitragem. O primeiro afirmou que a arbitragem, diferentemente da conciliação e mediação, não admite a confidencialidade, pelo que os processos que versem sobre arbitragem sempre serão públicos.

Rodrigo, por sua vez, apontou que a arbitragem que envolve a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) João está errado e Rodrigo está certo em sua afirmação.
- (B) João e Rodrigo estão errados em suas afirmações.
- (C) João e Rodrigo estão corretos em suas afirmações.
- (D) João está certo e Rodrigo está errado em sua afirmação.
- (E) João está parcialmente correto em sua afirmação, enquanto Rodrigo está errado em sua afirmação.

55

Joana ajuizou ação ordinária em face do Estado Alfa. Sua pretensão é contrária a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas julgado pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa, com decisão transitada em julgado. Não há necessidade de produção de qualquer prova além das que já instruem a petição inicial.

Em tal hipótese, caberá ao juiz

- (A) julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente de citação do réu.
- (B) julgar liminarmente improcedente o pedido, independentemente de citação do réu, podendo retratar-se em 10 (dez) dias, se interposta apelação por Joana.
- (C) determinar a citação do Estado Alfa, para que este, caso queira, manifeste interesse no julgamento liminar de improcedência.
- (D) indeferir a petição inicial, por se tratar de ausência de interesse processual por parte de Joana.
- (E) indeferir a petição inicial, fundado em inépcia, por faltar causa de pedir à pretensão de Joana.

56

Regina foi citada em ação pelo procedimento comum, movida por Saulo. Em contestação, Regina alegou, de início, a incompetência absoluta do juízo e indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça.

Adicionalmente, Regina argumentou não ser parte legítima para figurar no polo passivo, indicando que João é que deveria figurar como réu.

Em relação à matéria de fato alegada por Saulo em sua petição inicial, Regina nada argumentou em defesa.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) Saulo poderá alterar a petição inicial para substituir Regina, no prazo de 10 (dez) dias.
- (B) realizada a substituição, Saulo reembolsará as despesas e pagará honorários ao advogado de Regina, que serão fixados entre cinco a dez por cento do valor da causa.
- (C) caso superadas as preliminares, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato constantes da petição inicial e não impugnadas por Regina, ressalvadas as exceções legais.
- (D) depois da contestação, Regina poderá deduzir livremente novas alegações, a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (E) a alegação de incompetência absoluta do juízo não poderia ser conhecida de ofício pelo juízo, mas apenas a requerimento de Regina, sob pena de preclusão.

57

Suponha que determinado mediador atuou em processo judicial mesmo ciente de que estava impedido. Nesse caso, considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre o tema, esse mediador receberá a seguinte sanção em razão da atuação indevida:

- (A) multa administrativa.
- (B) sanção penal.
- (C) exclusão do cadastro de conciliadores e mediadores.
- (D) litigância de má-fé.
- (E) ato atentatório à dignidade da justiça.

58

O Estado X planeja conceder o serviço público de transporte metroviário. Após algumas conversas entre a Secretaria de Transportes e a Procuradoria-Geral do Estado, o órgão de assessoramento jurídico opinou pela inclusão de cláusula compromissória no futuro contrato de concessão, naquilo que concerne ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O Secretário de Transportes, porém, está desconfortável em incluir a referida cláusula no contrato de concessão, por ter dúvidas se a Administração Pública pode fazer uso da arbitragem.

Assim, ele consulta você, assessor jurídico da Pasta, para se manifestar sobre a questão. Ao responder à consulta, será certo apontar ao Secretário que

- (A) a administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.
- (B) a administração pública pode utilizar-se da arbitragem, podendo convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito, nos usos e costumes.
- (C) além de poder fazer uso da arbitragem, o Estado X poderá incluir cláusula de confidencialidade em relação à futura arbitragem, de modo a proteger o interesse público.
- (D) a administração pública, embora lícita a submissão à arbitragem, não pode se valer da cláusula compromissória, mas apenas do compromisso arbitral.
- (E) a administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais, ainda que indisponíveis.

59

João ingressou com ação indenizatória em face da Carros Bonitos, requerendo a condenação desta última a lhe indenizar danos morais e materiais resultantes da venda de veículo seminovo com defeito.

Consensualmente, João e a Carros Bonitos desejam estabelecer calendário para a prática de atos processuais, de modo a tornar mais célere a tramitação do feito. A proposta é conjuntamente apresentada ao juízo, que homologa o calendário apresentado pelas partes.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário continuará sendo necessária.
- (B) o calendário processual somente pode ser adotado de ofício pelo magistrado, não sendo cabível a apresentação de calendário de comum acordo pelas partes.
- (C) o calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- (D) o calendário vincula as partes, porém o juízo não é vinculado ao calendário, sendo seus prazos não preclusivos.
- (E) malgrado a utilidade da proposta, trata-se de negócio jurídico processual atípico, não havendo previsão legal no Código de Processo Civil acerca do calendário processual.

60

Ezequiel ajuizou ação de procedimento comum em face de Carolina, pugnando por sua condenação ao pagamento de indenização a título de danos materiais. Regularmente citada, assistida por advogado particular, Carolina requereu e obteve o benefício da gratuidade de justiça.

Ao fim da fase instrutória, o juiz julgou parcialmente procedente o pedido, condenando Carolina ao pagamento de indenização a título de danos materiais, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), bem como ao pagamento de duas multas, uma por ato atentatório à dignidade da justiça e outra por litigância de má-fé.

Sobre o caso acima, é correto afirmar que

- (A) a concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.
- (B) as obrigações decorrentes da sucumbência de Carolina ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade pelos 3 (três) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou.
- (C) a gratuidade de justiça concedida em favor de Carolina não compreende os honorários do advogado.
- (D) não caberia a concessão de gratuidade de justiça em favor de Carolina, pois a assistência do requerente por advogado particular impede a concessão de gratuidade da justiça
- (E) a gratuidade não pode consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Redação

Muitas pessoas defendem a ideia de que seria melhor viver em outra época: assim, alguns preferiam viver na pré-história, outros na Antiguidade ou na Idade Média, outros nos tempos coloniais e outros nos tempos modernos, cada um defendendo suas ideias com argumentos que apontam vantagens de um determinado momento.

O tema desta redação está centralizado em uma pergunta: ***Quais são as vantagens ou desvantagens de você viver na atualidade?***

Expresse sua opinião a respeito num texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, numa extensão de 20 a 30 linhas, dando especial atenção aos argumentos utilizados na defesa de suas opiniões.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

